



Senadores estudam MP que libera gestão terceirizada de prisões

Medida provisória elaborada pelo governo para flexibilizar licitações na área de segurança foi modificada pelos deputados para incluir a polêmica terceirização de presídios e unidades para adolescentes infratores

A MP 678/2015 chegou anteontem ao Senado e já tranca a pauta do Plenário. Com ela, o objetivo do governo é estender o Regime Diferencial de Contratações Públicas (RDC), inicialmente limitado às obras e contratos da Copa de 2014 e das Olimpíadas

de 2016, à área de segurança pública. O RDC é mais flexível que as regras da Lei de Licitações, o que torna os processos mais ágeis. Os deputados incluíram na MP a possibilidade de terceirização da gestão de presídios e o adiamento do fim dos lixões para 2018. **3**

Comissões aprovam emendas destinadas à defesa do país **4**

Crise chinesa e Acordo Transpacífico serão tema de audiência **5**

Renegociar dívida deve dar novo crédito a agricultor **6**

CPI pode investigar sobrinho de ministro do TCU

A CPI do Carf deve votar na próxima semana pedido de quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico de Juliano Nardes, suspeito de participar do esquema de venda de

sentenças do órgão. Ele é sobrinho do ministro Augusto Nardes. Ontem o colegiado fez acareação entre dois ex-funcionários de escritório de um ex-conselheiro do Carf. **7**



Vanessa Grazziotin (C), ao lado de Atalides Oliveira, fala durante acareação entre Gegliane Bessa e Hugo Borges (D)

Ministério diz que meta do cadastro rural será atingida

Em audiência, o diretor do Serviço Florestal do Ministério do Meio Ambiente, Raimundo Deusdará Filho, disse que 60% dos imóveis rurais já estão no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Para ele, quase 100% das terras estarão cadastradas até maio do ano que vem. **6**

Líderes decidem votar na terça texto sobre terrorismo

Ainda não há consenso sobre a proposta, principalmente quanto à definição das ações a serem enquadradas no crime. Alguns senadores temem que o projeto criminalize manifestações de rua. Texto estabelece penas que vão de 12 a 30 anos de reclusão em regime fechado. **5**



O assessor da Codevasf Marco Pedra fala em debate, ao lado de Fernando Bezerra

Governo: seca não afetará agricultura

O assessor da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) Marco Pedra afirmou, em audiência, que as obras que estão sendo feitas na Barra-

gem de Sobradinho ficarão prontas antes de dezembro e impedirão que o nível da água chegue ao ponto de prejudicar a agricultura irrigada de frutas na região. **2**

Idade para mamografias gera polêmica

Representantes do Ministério da Saúde e da Sociedade Brasileira de Mastologia apresentaram ontem visões diferentes sobre a idade recomendada para o início dos exames regulares destinados a detectar o câncer de mama precocemente. O SUS prioriza mamografias de rastreamento nas mulheres acima dos 50 anos, mas os médicos defenderam que os exames sejam iniciados 10 anos antes. **8**

Ao lado de Lúcia Vânia, o médico Ruffo de Freitas diz que incidência do câncer de mama cresce em todas as faixas etárias



Importância dos educadores na formação de cidadãos foi destacada em Plenário

No Dia do Professor, senadores cobram valorização da categoria

Discursos de vários senadores lembraram ontem o papel estratégico dos professores para o crescimento

do país. Os parlamentares defenderam, entre outros pontos, o cumprimento da Lei do Piso. **4**

Nomes de embaixadores para Tunísia e Bulgária vão a Plenário **5**

Com obras, Congresso não receberá visitantes no fim de semana **2**



Fernando Bezerra Coelho (3º à esq.) conduz a audiência da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

Obras em rio garantirão produção rural, diz governo

Em audiência, assessor da Codevasf disse que obra no São Francisco ficará pronta antes de dezembro, de modo a impedir que reservatório de Sobradinho atinja o volume mínimo, o que prejudicaria a agricultura

APESAR DA GRAVIDADE da seca que afeta a região do Vale do Rio São Francisco, dirigentes de órgãos e empresas públicas que participaram ontem de audiência na Comissão Mista de Mudanças Climáticas divulgaram informações que afastam a hipótese de colapso imediato da agricultura irrigada que depende do rio.

A região de agricultura irrigada do São Francisco é a principal exportadora de frutas do país, incluindo uva e manga.

O diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Hermes Chipp, disse que “está sendo feito todo o possível” para que seja mantido em nível adequado o volume de água na Barragem de Sobradinho até o início do período de chuvas. O objetivo é assegurar o abastecimento humano e os projetos de irrigação.

— A Bacia do São Francisco praticamente está sendo operada para outros usos da água, não para abastecimento energético — esclareceu.

Chipp citou o trabalho do comitê coordenado pela Agência Nacional de Águas para monitorar e controlar as vazões tanto de Sobradinho como da Represa de Três Marias, em outro trecho do Rio São Francisco. Em Sobradinho, a saída de água foi reduzida de 1.300 para 900 metros cúbicos por segundo. Em Três Marias, desde 2013, houve aumento de 300 para 600.

Segundo Chipp, se o quadro crítico de chuva perdurar em 2016 e houver limitações de uso do reservatório de Três Marias para regular a vazão, poderá haver nova redução da vazão de saída em Sobradinho.

A medida seria de 800 metros cúbicos por segundo.

Ao redor do Lago de Sobradinho operam muitos dos distritos irrigados implantados pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf).

Volume morto

O Distrito de Irrigação Nilo Coelho estava sob ameaça de ficar sem água em dezembro. A situação era mais crítica porque a captação para esse projeto, na concepção original, só permite a retirada de água do volume útil da barragem. Por isso, a Codevasf já vinha executando obras para garantir captação da reserva morta, já que o volume mínimo útil seria atingido em dezembro.

A boa notícia é que as obras devem ficar prontas até 30 de novembro, 15 dias antes do

prazo previsto, como foi adiantado por Marco Pedra, assessor da diretoria da Codevasf. Para isso, explicou, as empresas contratadas estão trabalhando 20 horas por dia.

Os investimentos, de R\$ 34 milhões, incluem a aquisição de bombas e circuitos elétricos e flutuantes que serão instalados às margens do rio para captar a água. Estão sendo construídos diques e canais.

Com as obras, diz o presidente da comissão, senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), será garantido o fornecimento de água a perímetros irrigados situados antes e depois de Sobradinho mesmo com a queda do volume útil do lago.

— Os impactos da interrupção do fornecimento de água seriam muito negativos para a economia regional — disse.

Controle de vazão é prejudicado por ação judicial de ribeirinhos, diz diretor de hidrelétrica

O presidente da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), José Carlos de Miranda, disse que a empresa vem colaborando com o esforço para dar respaldo a todas as modalidades de uso das águas de Sobradinho. Ele observou, contudo, que a Chesf não fica imune a problemas decorrentes da redução da vazão de saída. Um deles seriam as ações judiciais movidas por ribeirinhos que se sentem prejudicados. Miranda disse que já são mais de 300 processos.

O gerente de Planejamento Energético da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), Marcelo de Deus Melo, reivindicou mudanças

de critérios ambientais que hoje desfavorecem a construção de reservatórios com finalidade de regular os fluxos dos rios. Na avaliação dele, em crises hídricas esses reservatórios seriam a solução, acumulando água nas cheias e liberando nas secas. Melo observou que Três Marias foi construída para minimizar os efeitos de enchentes, depois vindo a produção de energia.

A presidente do Ibama, Marilene Ramos, disse que o órgão se preocupa com os impactos das restrições de vazão em reservatórios, tanto pelos efeitos sobre a biodiversidade quanto pelo resultado sobre a qualidade da água.

TV Senado mostra luta pelo voto feminino no país

No oitavo episódio da série *Senado na História*, às 22h de amanhã, a TV Senado tratará dos debates ocorridos na República Velha (1889–1930) sobre o direito de a mulher participar da vida política do país.

O documentário, dirigido por José Geraldo Coêlho e produzido por Lorena Maria, mostra que a República não pôs

fim às estruturas de controle e exclusão que prevaleceram no período imperial. Além dos analfabetos, as mulheres também eram impedidas de votar.

A pressão de mulheres como Bertha Lutz, criadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), e Leolinda Dalto, fundadora do Partido Republicano Feminino, transformou a política e trouxe para

o Senado a discussão sobre o voto feminino.

No programa, são exibidos documentos originais do Arquivo do Senado, como o abaixo-assinado da FBPF, entregue em 1927 com mais de 2 mil assinaturas.

Como assistir
• Amanhã: 22h • Dom: 17h30
• Sáb (24): 14h30 • Dom (25): 21h30

Visitas ao Congresso serão suspensas no fim de semana

O programa de visitação ao Congresso Nacional será suspenso neste final de semana devido à troca do carpete azul em algumas áreas do Senado. A utilização de cola na reforma impede a circulação de visitantes no local. As obras começaram em 21 de agosto. O programa de visitação ao Congresso é

uma parceria entre Senado e Câmara dos Deputados. No último fim de semana, com o feriado de segunda-feira, houve 3.233 visitantes.

Detalhes sobre visitas ao Congresso Nacional, além do agendamento, podem ser encontrados em www.congressonacional.leg.br/visite.

Humberto comemora dados sobre redução da pobreza extrema no país

Humberto Costa (PT-PE) comemorou os dados do Banco Mundial sobre a redução da pobreza extrema no Brasil, que entre 2001 e 2013 caiu



a mobilidade social. O senador disse que a população deve ser conscientizada dos interesses que obscurecem o esforço para a redução da pobreza.

64%. Para ele, o país estava mergulhado na desigualdade “desde o século 16” e tanto Lula quanto Dilma Rousseff trabalharam para promover

— Estivesse a oposição no governo, as políticas sociais seriam desmanteladas, retirando o direito de ascensão de muitos brasileiros.

Ana Amélia relata situação de calamidade no Rio Grande do Sul

Ana Amélia (PP-RS) relatou que, de quarta até a madrugada de ontem, as chuvas mataram três pessoas e deixaram dez feridos no Rio Grande do Sul. Segundo a senadora, mais de 3,5 mil pessoas estão desabrigadas.

Ana Amélia falou da ajuda que o governo está mandando e acrescentou que a população precisa de doações.

— Muitos estão sem comida, sem poder cozinhar e sem dormir, à espera da redução do nível das águas para voltar para suas casas. Por causa dos alagamentos, muitas casas estão encobertas. Faltam alimentos e água para essas comunidades. Por causa dos alagamentos, 27 trechos de rodovias também estão com algum tipo de problema.

Randolfe Rodrigues lamenta condições da saúde no Brasil

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) lamentou a situação da saúde no país. Ele reconheceu que a saúde tem avançado, mas a situação ainda “retrata um quadro totalmente preocupante”. Randolfe citou uma pesquisa publicada pela revista *Exame*, com dados do IBGE e do DataSUS, assina-



lando que as taxas de mortalidade continuam altas e a expectativa de vida continua baixa. Chile, Uruguai, Argentina, Cuba e México têm registros bem à frente do Brasil.

— Os mais pobres não têm direito a nascer. Se escaparem, não terão acesso à educação de qualidade.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores e avisos da Mesa do Senado.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, a sessão plenária. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Dispositivo foi incluído no texto pelos deputados. Objetivo do governo com medida provisória, que já tranca pauta do Senado, é agilizar contratação pública na área de segurança

Chega MP que permite terceirização de prisões

CHEGOU AO SENADO e já tranca a pauta a Medida Provisória (MP) 678/2015, que autorizou o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) em licitações e contratos de segurança pública. Assim, o RDC poderá ser utilizado em licitações nas áreas de defesa civil e inteligência. A MP foi aprovada pela Câmara nesta semana na forma do PLV 17/2015.

O texto aprovado pelos deputados incluiu a permissão também para licitar pelo RDC a própria administração de presídios e unidades de tratamento socioeducativo de jovens infratores. Na Câmara, o PLV gerou controvérsia por abrir a possibilidade de privatização no sistema prisional.

O governo argumenta que o uso do RDC facilitará a construção de centros de comando e controle de segurança pública, pois os padrões dos equipamentos, a disponibilidade de instalações e as necessidades operacionais da implantação mudam para cada ente federativo.

O PLV também altera a Lei de Execução Penal para permitir nos estabelecimentos penais a terceirização de setores como telecomunicações, reprografia (reprodução de documentos), lavanderia, manutenção de prédios, instalações e equipamentos. Também será permitido terceirizar os serviços relacionados à execução de trabalho pelo preso.

O RDC foi criado em 2011 para acelerar obras da Copa de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. Posteriormente, outras leis estenderam as regras para



Penitenciária Pascoal Ramos, em Cuiabá: MP já gerou debate pelo risco de privatização de prisões

obras e serviços do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Sistema Único de Saúde (SUS), para a construção e a reforma de presídios e para obras no setor de educação.

Pelo texto aprovado pelos deputados, esse regime poderá ser usado ainda nas obras e serviços de engenharia relacionados à mobilidade urbana, à ampliação de infraestrutura logística e aos sistemas públicos de ensino e de pesquisa, ciência e tecnologia.

O RDC difere da Lei das Licitações por aumentar a rapidez dos processos com dispositivos como a inversão de fases (proposta analisada antes dos documentos), a prioridade para o pregão eletrônico e a padronização de editais e contratos. Prazos de recursos e seus julgamentos também são diminuídos.

A lei do RDC permite a contratação integrada, pela qual a empresa vencedora da licitação fica responsável tanto pela elaboração e o desenvolvimento dos projetos básicos e executivos quanto pela execução das obras.

Quanto a esse tipo de contratação, os deputados incluíram a possibilidade de o projeto prever um risco na execução da obra, que será traduzido no contrato por meio de uma taxa de risco. Outra novidade é o uso de mecanismos de resolução de conflitos, como a arbitragem.

A Câmara incluiu no texto permissão para que a administração pública alugue por meio do RDC bens móveis e imóveis com dispensa ou inexigibilidade de licitação. Assim, se um órgão quiser uma nova sede, poderá contratar

uma empresa para adquirir, construir ou reformar substancialmente o prédio e depois alugá-lo dessa empresa pelo valor mensal máximo de 1% do valor do bem locado. O contrato poderá prever a reversão dos bens à administração pública ao final da locação.

Lixões

Os deputados incluíram na MP uma nova tentativa de prorrogar o prazo, agora até 2018, para municípios acabarem com os lixões e criarem aterros sanitários. O prazo acabou em agosto.

Esta é a terceira tentativa de prorrogar o prazo. Uma delas, na MP 649/2015, não prosperou porque a medida perdeu o prazo de vigência. A segunda tentativa foi objeto de veto a dispositivo da MP 651/2014, mantido pelo Congresso em dezembro. Na justificativa do veto, o Executivo argumentou que a prorrogação do prazo iria contrariar o interesse público por “adiar a consolidação de aspectos importantes” da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Para os produtores rurais com dívidas do programa Proálcool, que vigorou na década de 70, a Câmara inseriu autorização para a renegociação independentemente do tamanho do produtor.

O texto estipula prazo de pagamento de até 15 anos, com até três anos de carência, taxa efetiva de juros de 3% ao ano e bônus de adimplência de 15% sobre o valor das parcelas pagas até a data de vencimento. Na consolidação do débito, será aplicado um desconto de 50% nos saldos atualizados.

(Com Agência Câmara)

Grupo sem apego à Constituição tenta dar golpe parlamentarista, diz Viana

Jorge Viana (PT-AC) repudiou o movimento pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff, que ele classificou como “tentativa de golpe parlamentarista”. O senador alertou que os inconformados com o resultado da eleição de 2014 insistem em promover um “terceiro turno”, que ele não considera cabível num regime presidencialista.

Ele avalia que o Supremo, ao rejeitar o rito de abertura do processo de impeachment na Câmara, contribuiu para desmascarar um esquema parlamentar montado por “pessoas sem apego à Constituição”.

— Não vale essa artimanha, esse jeitinho de tentar dar um golpe parlamentarista num regime presidencialista.



Ana Volpe/Agência Senado

Capiberibe: falta a Cunha autoridade para iniciar ação de impeachment

João Capiberibe (PSB-AP) afirmou que “não há qualquer cabimento” em querer tirar do poder a presidente Dilma só porque a popularidade está baixa. Ele disse que as investigações não revelaram “bases materiais” para um processo de impeachment. Para ele, nem mesmo o parecer do Tribunal de Contas da União que recomendou a reprovação das contas do governo é justificativa.

— Como se isso não bastasse, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, a quem cabe iniciar a tramitação de pedidos de impeachment, não tem hoje nenhuma autoridade política para iniciar um processo de impedimento de quem quer que seja.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Segundo Telmário, presidente da Câmara “mentiu para a nação”

Telmário Mota (PDT-RR) defendeu o afastamento do presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Em discurso, o senador disse que a posição atual de Cunha é “indefensável”.

— Sobre a Presidência da Câmara não pode cair dúvida de conduta. Ele está desacreditado, enfraquecido e não tem ética. Mentiu à nação.

A Procuradoria-Geral da República confirmou que o presidente da Câmara possui contas não declaradas na Suíça. Em depoimento prestado à CPI da Petrobras, Cunha havia negado a existência de dinheiro em seu nome no exterior. Ele é investigado pela suspeita de receber propina de empreiteiras que tinham contratos com a Petrobras.



Ana Volpe/Agência Senado

Na avaliação de Pinheiro, Congresso Nacional está inerte diante da crise

Walter Pinheiro (PT-BA) lamentou que a crise econômica e política esteja paralisando o Congresso. Ele lembrou que o Legislativo está a pouco mais de dois meses do recesso de fim de ano e propostas importantes ainda não foram votadas. Pinheiro se referiu aos seis vetos da Presidência a propostas polêmicas, como as que tratam do aumento dos servidores do Judiciário, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento da União.

Para o senador, é preciso que os parlamentares se mobilizem para votar essas propostas.

— É como se a gente estivesse assistindo à crise e ela vai se espalhando e a gente, só constatando. Precisamos produzir um caminho de saída.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Novo ministério envergonha mais do que o anterior, critica Cristovam

Cristovam Buarque (PDT-DF) cobrou mais ousadia do debate parlamentar, lamentando que a discussão sobre o impeachment da presidente Dilma Rousseff tenha gerado um “Fla-Flu” político que domina o Congresso. Segundo Cristovam, nem governo nem oposição têm bons argumentos contra o impeachment ou a favor.

Ele criticou a distribuição de cargos pelo governo:

— O que fez a presidente? Em vez de ampliar a base, negociar com todos e constituir um ministério de alto nível, ela fez barganha e colocou um ministério que envergonha mais hoje do que antes.

O senador também disse que o Brasil está ficando para trás por falta de ciência e tecnologia.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Ferraço propõe mudanças na escolha do advogado-geral da União

O ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Luís Inácio Adams, foi alvo de críticas de Ricardo Ferraço (PDMB-ES) por sua atuação no julgamento das contas de 2014 do governo no Tribunal de Contas da União. Para o senador, Adams “se tornou um mero advogado da presidente”.

Ferraço apresentou uma proposta de emenda à Constituição para mudar os critérios de escolha do titular da AGU. A PEC 125/2015 propõe que o advogado-geral da União, nomeado pelo presidente da República, seja escolhido a partir de uma lista tripartite, submetida a sabatina e aprovação pela maioria absoluta do Senado.



Ana Volpe/Agência Senado

Senadores fazem apelo por valorização dos professores

No dia dedicado aos educadores, parlamentares ressaltaram o papel estratégico dos profissionais no desenvolvimento do país e cobraram respeito à Lei do Piso e melhores condições de trabalho nas escolas

O DIA DO Professor, comemorado ontem, foi lembrado por vários senadores. Além de ressaltarem a importância dessa categoria profissional e o papel estratégico na formação dos cidadãos e no desenvolvimento do país, os parlamentares centraram as atenções na necessidade de valorização do magistério.

Uma das principais queixas diz respeito ao descumprimento da Lei 11.738/2008, também conhecida como Lei do Piso, que estabeleceu o salário mínimo profissional para a categoria. O piso nacional dos professores deveria ser obedecido em todo o país, mas vários municípios e estados alegam não ter recursos para pagar o valor, hoje fixado em R\$ 1.917,78 por mês (para jornada semanal de 40 horas).

Em entrevista ao programa *Conexão Senado*, da Rádio Senado, Fátima Bezerra (PT-RN) disse que cumprir o piso atual é apenas um passo para a valorização dos professores. Outros aspectos fundamentais, também previstos pela Lei do Piso, são a adoção de plano de cargos e salários e a destinação de um terço da jornada de trabalho para atividades extraclasse, ponderou.

Vice-presidente da Comissão de Educação (CE), Fátima também expressou sua identificação com a profissão:

— Estou senadora, mas sou professora. Esta é a minha vida: são mais de 30 anos como professora, sempre com o olhar voltado para a luta em defesa da educação.

Telmário Mota (PDT-RR) lamentou, em discurso no Plenário, que a maioria dos estados descumpra a regra de destinação de um terço da jornada do professor a ativida-

des de planejamento fora da sala de aula. E defendeu uma sessão temática para discutir os problemas que hoje afetam os professores:

— Neste Dia do Professor, este Plenário deveria estar repleto de professores e professoras discutindo conosco os caminhos para tirar o Brasil da triste marca de 14 milhões de analfabetos. Adianto que solicitei ao presidente Renan Calheiros que convoque uma sessão temática para discutirmos a situação dos professores brasileiros. Nessa sessão, discutiríamos a federalização da educação, plano de cargos e salários, qualidade das escolas, enfim, tudo que diz respeito à educação brasileira.

Aposentadoria

Também no Plenário, Acir Gurgacz (PDT-RO) sugeriu que a data fosse aproveitada para repensar o papel do professor e as ações necessárias para valorizar quem se dedica a ensinar. Ele criticou a Medida Provisória 676/2015, que eleva em cinco anos o prazo de contribuição previdenciária exigido para a aposentadoria especial dos professores:

— A proposta, além de prejudicar os professores, ia contra a Constituição, que permite a aposentadoria com 30 anos de contribuição, se homem, e 25 anos de contribuição, se mulher. Foi para assegurar esse direito que apresentei emenda, acatada pelo relator.

Romero Jucá (PMDB-RR) observou que valorizar o professor é parte da revolução que o Brasil precisa fazer na área educacional. Ele citou a Coreia do Sul como exemplo de nação cujo ensino tornou-se referência mundial, ao transformar a educação em

poderoso instrumento de apoio para promover a igualdade de oportunidades:

— Se o setor público tem que fazer algo pelos cidadãos e cidadãs, é dar igualdade de oportunidades. Isso, na educação, é fundamental.

Remuneração

Gleisi Hoffmann (PT-PR) elogiou o aumento do investimento na educação no Brasil, mas alertou que resta muito a fazer, especialmente quanto à remuneração dos professores.

Paulo Paim (PT-RS) lamentou não poder celebrar a efetiva valorização dos professores. Para ele, se a maioria dos profissionais continua a receber salários indignos e a enfrentar condições de trabalho adversas, “não chegará tão cedo o dia em que a educação se transformará em prioridade”.

Líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB) também lamentou a situação do magistério.

— O que se vê é a escola pública cada vez mais enfraquecida pela desvalorização do magistério e pela crise econômica.

Raimundo Lira (PMDB-PB) destacou a importância das mulheres como profissionais do ensino. Ele mencionou estatísticas que apontam um total de quatro mulheres professoras para cada professor do sexo masculino na educação básica brasileira.

O senador elogiou o aumento do percentual de gasto público em educação, mas cobrou aperfeiçoamentos no sistema educacional e na qualificação dos professores. Para ele, os recursos devem ser usados de forma mais eficiente, de modo a promover o desenvolvimento do país.

Emendas ao Orçamento beneficiam Forças Armadas e setor de inteligência



Reunião da CRE para definir emendas da comissão: foco na defesa do país

As Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) aprovaram ontem suas emendas ao projeto de Orçamento para 2016, que serão encaminhadas à Comissão Mista de Orçamento (CMO) para possível inclusão na proposta.

As Forças Armadas são as maiores beneficiárias das emendas da CRE. A iniciativa que deverá receber a maior parte dos recursos é a compra de aeronaves de transporte militar e de reabastecimento em voo, no valor de R\$ 600 milhões, a cargo do Comando da Aeronáutica.

O segundo maior volume de recursos, R\$ 559 milhões, destina-se ao Comando do Exército, para a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron). O relator das emendas, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), disse que o Sisfron permitirá monitorar as fronteiras e atuar prontamente contra delitos internacionais e ambientais.

Amazônia Azul

O Comando da Marinha poderá ter R\$ 100 milhões para a implementação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul. Além do monitoramento das águas jurisdicionais brasileiras, o sistema deve facilitar operações de socorro e salvamento, repressão ao tráfico e prevenção da poluição hídrica.

A quarta emenda da CRE destina R\$ 100 milhões para o Ministério das Relações Exteriores implantar o chamado sistema consular de nova geração. Raupp disse que será uma ferramenta fundamental para integrar bases de dados da Polícia Federal, Tribunal Superior Eleitoral, cartórios, Ministério da Defesa e Interpol.

Abin

Na CCAI, uma das emendas destina ao Ministério da Defesa R\$ 30 milhões para a implantação de ações de inteligência em grandes eventos. A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) foi contemplada com emenda no valor de R\$ 60 milhões. Outra emenda, de R\$ 20 milhões, foi direcionada a ações de desenvolvimento tecnológico do Exército. A Marinha também foi contemplada com emenda de R\$ 10 milhões para ações de caráter sigiloso.

Segundo a presidente da comissão mista, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), a escolha das propostas teve consenso entre os parlamentares. Ela apontou critérios para a prioridade da seleção: as emendas de caráter institucional, com estrita relação com o colegiado, e as propostas com maior alcance nacional.

— Optamos por recomendar programações de reconhecida relevância e com apoio do maior número de parlamentares — disse a deputada.

Fátima elogia exposição sobre Câmara Cascudo no Museu da Língua Portuguesa

Fátima Bezerra (PT-RN) elogiou exposição sobre Luís da Câmara Cascudo que estreia na terça-feira no Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo. Em discurso, a senadora destacou a



Ano Voilpe/Agência Senado

importância do trabalho do pesquisador e historiador potiguar, considerado um dos maiores folcloristas do mundo. Autor de várias obras, entre

elas clássicos como *Dicionário do Folclore Brasileiro* e *História da Alimentação no Brasil*, Cascudo é reconhecido como um dos pilares para a construção da identidade nacional. O pesquisador morreu em 1986.

— Será uma exposição muito visitada e prestigiada por todo o Brasil — disse a senadora.



Professora Vânia Silva, do Rio, vencedora do prêmio Professores do Brasil, do MEC: categoria deveria ser priorizada



Antonio Anastasia (C), relator da indicação de Ana Maria Sampaio Fernandes, ao lado de José Estanislau Souza Neto

Comissão acata indicados para Tunísia e Bulgária

Estanislau Souza Neto e Ana Maria Sampaio, indicados para as embaixadas da Tunísia e da Bulgária, foram aprovados em sabatina na Comissão de Relações Exteriores. As indicações vão para o Plenário

O DIPLOMATA JOSÉ Estanislau do Amaral Souza Neto, indicado para a embaixada brasileira na Tunísia, prometeu, em sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE), dedicar-se à expansão das exportações brasileiras para o país africano.

As indicações dele e da diplomata Ana Maria Sampaio Fernandes, esta para a embaixada na Bulgária, receberam pareceres favoráveis da CRE e seguirão para o Plenário.

Estanislau reconheceu que o intercâmbio bilateral está aquém do potencial, mas previu que a pauta de exportação para a Tunísia poderá ter “significativo acréscimo

de valor agregado” caso obtenham êxito contatos no setor aeronáutico para exportação de aviões da Embraer.

Ele disse que outras empresas brasileiras, como a Eurofarma, fabricante de medicamentos genéricos, e a Marcopolo, produtora de carrocerias e ônibus, fizeram visitas de prospecção à Tunísia no primeiro semestre deste ano.

O diplomata citou ainda tratativas para negociar um acordo de livre comércio entre Mercosul e Tunísia, que ainda estão “numa fase embrionária”:

— Estamos, neste momento, em fase de consulta pública sobre os interesses brasileiros. Os demais integrantes do Mercosul também estão realizando consultas públicas nos seus respectivos mercados. Mas o assunto está em pauta, está caminhando.

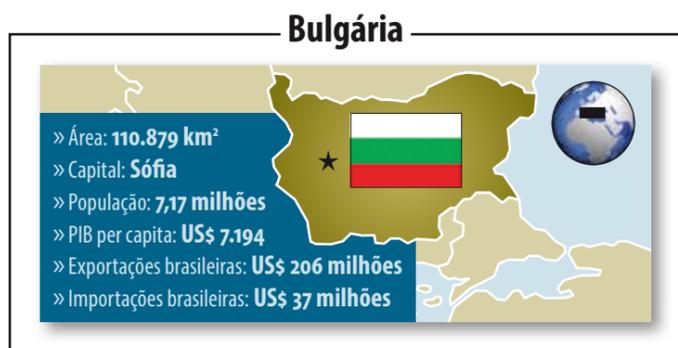
A mensagem da presidente Dilma Rousseff indicando Estanislau ao posto teve como relator o senador Ricardo

Ferraço (PMDB-ES).

A indicada para a embaixada em Sófia, na Bulgária, Ana Maria Sampaio Fernandes, apontou a cooperação tecnológica como uma das oportunidades nas relações do Brasil com o país europeu. A diplomata informou que a Bulgária está criando parques tecnológicos, numa concepção semelhante à das incubadoras universitárias de empresas. Ambas as iniciativas têm como objetivo abrigar empresas inovadoras, fruto de projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico.

Ana Maria apontou oportunidades de cooperação também no setor educacional, já que o Brasil mantém um intercâmbio cultural com o país. Ela lembrou que, em 2018, a Bulgária assumirá a presidência da União Europeia.

A mensagem da indicação de Ana Maria, que vai acumular o cargo com o de embaixadora na Macedônia, teve como relator o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG).



Fonte: CIA World Factbook e www.investexportbrasil.gov.br

Projeto que tipifica terrorismo deve ser votado na terça-feira

Após reunião com o presidente do Senado, na quarta-feira, os líderes partidários informaram que o projeto que tipifica o crime de terrorismo deve ser votado na próxima terça. A proposta, de iniciativa do Executivo, prevê reclusão de 12 a 30 anos em regime fechado, sem prejuízo das penas relativas a outras infrações decorrentes do crime.

De acordo com os líderes, ainda não há consenso sobre a proposta (PLC 101/2015), principalmente em relação aos atos considerados terrorismo. O senador Randolfe Rodrigues (AP), líder da Rede Sustentabilidade, disse que, pela forma atual do texto, qualquer manifestação de rua poderá ser enquadrada nesse tipo de crime.

— Nossa Constituição não aceita flexibilização da liberdade de manifestação.

Já o senador Cássio Cunha Lima (PB), líder do PSDB, afirmou que a falta de acordo antecipa um gesto que, segundo ele, vem sendo anunciado de forma subliminar pelo ex-presidente Lula e pela presidente Dilma Rousseff de fazer uma legislação que tolere reações de rua para dar o mínimo de sustentação ao governo.

— Não podemos fazer o papel dos inocentes úteis, achando que simplesmente haverá uma flexibilização do que se intitula como terrorismo para dar a este governo a única válvula escapatória que eles possam ter, que é

uma conflagração do Brasil — disse.

Para o líder do Bloco da Oposição, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), a legislação é complexa e os líderes estão buscando clareza no texto.

O PLC 101 tramita em regime de urgência e terá como relator de Plenário o senador Aloysio Nunes (PSDB-SP).

Dívida

O líder do PT, senador Humberto Costa (PE), também informou que o PRS 84/2007, que define um limite para a dívida da União, deverá ser votado na terça-feira na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e depois em Plenário. A proposta foi aprovada em setembro na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, que examina os projetos da Agenda Brasil.

A dívida consolidada da União deverá ser reduzida de 5,6 vezes a receita corrente líquida (RCL), valor atingido em julho, para quatro vezes. Já a dívida consolidada líquida deverá cair das atuais 2,2 para 2 vezes a RCL. Os limites estabelecidos no projeto serão totalmente implementados no prazo de 15 anos.

Os líderes também confirmaram que a próxima sessão do Congresso Nacional ficará para o dia 17 de novembro. O Regimento Comum determina que a apreciação de vetos ocorrerá em sessões a serem convocadas para a terceira terça-feira de cada mês.



Reunião de líderes define pauta de votações para a próxima semana

Senado faz debate sobre crise chinesa e Acordo Transpacífico

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem a realização de audiências públicas para debater os reflexos no Brasil de dois temas de impacto na economia mundial: a crise da China e o Acordo Transpacífico, tratado de livre comércio firmado entre Estados Unidos, Japão, Canadá e mais nove países.

Para a audiência sobre a crise chinesa, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), autor do requerimento e presidente da

CRE, sugeriu a participação do embaixador Sérgio Amaral, presidente do Conselho Empresarial Brasil-China; do ex-chanceler Celso Lafer; do ex-presidente da Vale Roger Agnelli; e da professora Vera Thorstensen, coordenadora do Centro do Comércio Global e do Investimento.

Aloysio está preocupado com os efeitos da crise chinesa no Brasil. Maior parceiro comercial do país desde 2009, a China importou do Brasil até

agosto deste ano cerca de US\$ 25,5 bilhões e exportou US\$ 22,4 bilhões. Os números expressivos representam, porém, uma queda, respectivamente, de 19,7% e de 9,2% em relação a igual período de 2014, mostrando o impacto da redução do ritmo de crescimento chinês sobre nossas exportações.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) previu uma alteração profunda no comércio global com o Acordo Transpacífico porque os 12 países que o integram

representam 40% das riquezas produzidas no mundo. Autor do requerimento para discutir o assunto, o senador destacou que, além da derrubada de barreiras tarifárias entre os países, o tratado prevê regras uniformes de propriedade intelectual e ações conjuntas nas mais diversas áreas.

— Estamos propondo a audiência para que possamos debater o impacto disso na economia brasileira e saber como o governo pretende rea-

gir a mais essa articulação que nos coloca num isolamento ainda maior — afirmou.

Serão convidados para o debate, entre outros, o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil, José Augusto de Castro; o diretor do BricLab da Universidade de Columbia, Marcos Troyjo; o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Fernando Furlan; e o embaixador do Itamaraty Hadil da Rocha Vianna.

Cadastro rural já inclui 60% das terras do país

Prazo para inclusão de propriedades no Cadastro Ambiental Rural havia se encerrado em maio, mas teve de ser adiado por 1 ano. Governo federal espera adesão em massa

O MINISTÉRIO DO Meio Ambiente já contabiliza 240 milhões de hectares de terras na zona rural (60% do total) inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Os técnicos do ministério acreditam que até maio de 2016, prazo final para inscrição, o número chegará perto do total de 398 milhões de hectares cadastráveis.

A visão otimista sobre a implantação do CAR marcou ontem a fala do diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente, Raimundo Deusdará Filho, em audiência pública das Comissões de Agricultura (CRA) e de Meio Ambiente (CMA).

— Chegaremos a um resultado consistente. Nenhum outro país tem o cadastro georreferenciado que o Brasil tem hoje.

O CAR ajudará o governo a monitorar o uso do solo e a preservação de matas nativas em áreas protegidas, como determina o Código Florestal (Lei 12.651/2012).

O prazo original de inscrição venceu em maio, mas foi prorrogado por um ano. Na avaliação de Deusdará Filho, uma parcela muito pequena



Observado pela senadora Ana Amélia, o diretor do Serviço Florestal Brasileiro, Deusdará Filho, fala na audiência

de propriedades deverá ficar fora. Segundo ele, podem não se interessar pelos benefícios do CAR os produtores que não precisam de crédito rural, como os donos de áreas usadas exclusivamente para o lazer da família.

Empréstimos

O condicionamento da liberação de financiamentos ao cadastramento no CAR é um dos principais mecanismos para a adesão. A partir de 2017, os bancos só poderão conceder

crédito rural para propriedades inscritas no CAR.

— O cadastro não gera multa, não gera sanção, mas tem um impedimento punitivo.

Deusdará Filho cita outras vantagens, como a possibilidade de suspensão de punições por descumprimento das leis ambientais e o acesso a programas de regularização ambiental.

De acordo com o diretor, o cadastramento tem revelado que os produtores reconhecem quando as propriedades têm

passivo ambiental e voluntariamente apresentam proposta para a regularização.

— Isso mostra que a lei foi bem feita — disse.

Ele apontou como vantagens a possibilidade de remuneração pela prestação de serviços ambientais e a maior facilidade na obtenção de licenças ambientais. Outro benefício é o uso do CAR como um item de mitigação de risco em investimentos.

Uma parcela significativa das propriedades mantém matas

ao longo dos rios e cumpre regras de manutenção de reserva legal com vegetação nativa. Na opinião do diretor, os dados revelam o equívoco de tentativa de “satanizar” o produtor rural.

Disse Acir Gurgacz (PDT-RO):
— Quem mais quer preservar é o agricultor, que sabe da importância do seu olho d'água e do seu capão de mata. Quem não preserva é aquele que não tem documento da área, onde falta regularização fundiária.

A presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS), e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) concordaram que os agricultores estão comprometidos com a sustentabilidade. Donizeti Nogueira (PT-TO), autor do requerimento para realização da audiência, e Waldemir Moka (PMDB-MS) defenderam campanhas estaduais e municipais sobre o prazo final para inscrição no CAR e os benefícios da adesão.

O Norte foi a região que mais avançou no CAR, tendo inscrito 77% da área passível de cadastramento. Depois vêm o Centro-Oeste (59%), o Sudeste (56%), o Nordeste (30,5%) e o Sul (26%).

Agricultor que renegociar dívida poderá ter direito a novo crédito

O agricultor que renegociar dívida de crédito rural poderá contrair novo financiamento sem que seja obrigado a amortizar prestações do contrato anterior. A mudança nas regras está prevista no PLC 87/2015, aprovado ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O texto agora vai a Plenário.

O projeto modifica a Lei 11.775/2008, que institui medidas de estímulo à regularização de dívidas de crédito rural e crédito fundiário. Conforme essa lei, o agricultor que renegociar dívida não poderá contratar novo financiamento até que pague as prestações previstas para o ano seguinte ao da renegociação.

Essa restrição vale para

crédito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar e para financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

O projeto, do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), elimina a restrição à tomada de novos empréstimos, mesmo que o mutuário não tenha feito o pagamento das parcelas previstas na renegociação.

O relator, José Medeiros (PPS-MT), apresentou voto favorável ao fim da restrição, observando que se trata de medida que não resulta em “implicação fiscal direta, uma vez que não ocorreria aumento da despesa pública, sendo avaliada caso a caso a situação do tomador do crédito”.

Valdir Raupp elogia trabalho da Embrapa

Valdir Raupp (PMDB-RO) elogiou a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que define como a mais importante referência em pesquisa agropecuária tropical.

Ele informou que a Embrapa tem três escritórios na América Latina e na África e uma equipe de 2.444 pesquisadores, 2.503 analistas, 1.780 técnicos, 3.063 assistentes e um orçamento que, em 2014, foi de R\$ 2,6 bilhões.

— Por tudo de bom que a Embrapa produz, nós homenageamos essa instituição. Graças à ela, a agricultura e a pecuária têm colhido sucessos sucessivos — destacou.



Vanessa critica suspensão do seguro-defeso

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou portaria que suspende por 120 dias o pagamento do seguro-defeso no Brasil. A justificativa é que será feito o recadastramento dos beneficiários para detectar quem está recebendo o seguro sem ter direito. O benefício deve ser pago aos pescadores que durante o defeso, período de reprodução de espécies de peixes, não podem pescar.

— Os pescadores de verdade, no período em que não podem pescar, sobrevivem com o recebimento desse seguro no valor de um salário mínimo. E quando isso é suspenso por 120 dias sem nenhum aviso, causa um transtorno na vida das pessoas — disse a senadora.

Cintra destaca frente parlamentar pela energia renovável

Douglas Cintra (PTB-PE) registrou na quarta-feira a criação, na Câmara dos Deputados, da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Energia Renovável, que já conta com 200 parlamentares e quer contribuir para o aperfeiçoamento da legislação do setor, entre outras ações.

— Vale lembrar que o Brasil, incessantemente abençoado pela luz do sol e beijado pela brisa, produtor de duas ou mais safras anuais de insumos para biomassa, é o “país mais renovável do mundo”: 90% da energia efetiva que produzimos provém de fontes verdes, ambientalmente corretas.



MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

CPI avalia quebra de sigilo de sobrinho de Nardes

Parente do ministro do TCU é investigado por suspeita de participar do esquema do Carf. Ontem a comissão fez acareação entre ex-funcionários de escritório de ex-conselheiro

O PRESIDENTE DA Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Carf, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), confirmou que colocará em votação na próxima semana o pedido de quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Juliano Nardes.

Ele é sobrinho do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Augusto Nardes e está sendo investigado, segundo a relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), por suposta participação no processo que envolveu a Rede Brasil Sul (RBS) no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O requerimento para a quebra dos sigilos será formulado por Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

A CPI fez ontem uma acareação entre dois ex-funcionários do escritório de advocacia de José Ricardo da Silva, ex-conselheiro do Carf: Gegliane Bessa, ex-assistente administrativa, e



Vanessa e Ataídes, relatora e presidente da CPI, coordenam acareação entre Gegliane Bessa (E) e Hugo Borges (D)

Hugo Borges, responsável por diversas funções, entre elas, a de motorista.

Gegliane confirmou que fez pagamentos em espécie para Juliano Nardes. O sobrinho do ministro do TCU teria, inclusive, reclamado de que “estaria faltando” dinheiro em um dos repasses, de acordo com o que contou a ex-funcionária do

escritório de advocacia.

Segundo Vanessa, a comissão tem uma planilha indicando que, apenas em 2010, os repasses do escritório de advocacia para Juliano representam cerca de R\$ 1 milhão. Nas anotações, também aparece a expressão “tio”, que Gegliane não soube informar a que contexto se referia.

A ex-funcionária garantiu não ter tido acesso a nenhum contrato de Juliano com o escritório e não indicou que tipo de serviço ele prestaria.

Vanessa observou que Augusto Nardes era o “real proprietário” da empresa Planalto Soluções, depois repassada ao sobrinho. Ela disse achar “muito estranho” que quantias

vultosas tenham sido pagas a Juliano em espécie, considerando-se que poderia haver contrato formal de prestação de serviços.

Para Ataídes, tanto Gegliane quanto Borges foram “usados pela quadrilha que comandava o escritório de advocacia”.

Os ex-funcionários confirmaram que houve o pagamento em espécie para outros ex-conselheiros do Carf dentro do escritório de advocacia. Borges disse que muitos processos eram decididos na sala de José Ricardo da Silva. Depois, segundo ele, toda a papelada era levada ao Carf apenas para a votação final.

Os ex-funcionários afirmaram que os ex-ministros Erenice Guerra (Casa Civil) e Silas Rondeau (Minas e Energia) frequentaram o escritório durante um certo período e se reuniram com Silva, “mas depois sumiram”.

Comissão debaterá projeto que regula contrato de parceria em salão de beleza

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou na quarta-feira pedido de audiência pública para debater projeto de lei que regulamenta contratos de parceria entre salões de beleza e profissionais que atuam nos estabelecimentos, como cabeleireiros, barbeiros, maquiadores, esteticistas, manicures e pedicures.

O pedido foi apresentado por Marta Suplicy (PMDB-SP), relatora do projeto (PLC 133/2015), de autoria do deputado Ricardo Izar (PSD-SP). A audiência será no dia 4 de novembro.

A comissão aprovou ainda

a realização de audiência, ainda sem data, para debater as fontes de custeio das entidades sindicais. A proposta é do presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS). Outras duas audiências sugeridas pelo senador foram aprovadas: uma sobre a valorização da carreira de auditor fiscal e outra sobre as condições de trabalho no telemarketing.

Também foram aprovadas duas sugestões de audiência de Hélio José (PSD-DF), sobre o tratamento da depressão na saúde pública e sobre estratégias e políticas públicas para prevenir casos de suicídio.

“MP é tiro no pé”, diz entidade da indústria eletrônica

Produtores de eletrônicos e de bebidas como vinho e cachaça exigiram mudanças na medida provisória que elevou o tributo dos produtos (MP 690/2015). Em audiência ontem, avaliaram que a arrecadação do governo será baixa e que o impacto será “desastroso” na produção, no emprego e no bolso do consumidor.

Com a MP, a expectativa é aumentar a arrecadação em R\$ 8,3 bilhões.

Para o vice-presidente da Associação Brasileira de Exportadores e Importadores de Alimentos e Bebidas, Orlando Rodrigues, a medida terá efeito inverso ao pretendido:

— Aumentar esses tributos, neste momento em que o consumo caiu nos restaurantes e nas lojas, seria mais uma maneira de aumentar o desemprego que já começa a acontecer no setor.

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras, a mudança nos impostos aumentará o preço da garrafa de vinho entre R\$ 2 e R\$ 5.

O diretor-executivo do Instituto Brasileiro da Cachaça, Carlos Lima, previu “danos irreversíveis” nos alambiques.

A reclamação do setor de eletrônicos e tecnologia da informação também foi generalizada. A MP 690 afeta as

vendas a varejo de computadores, smartphones e tablets.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, Humberto Barbato, classificou de “ilusória” a expectativa de arrecadação, sobretudo ante a previsão de queda na venda dos produtos: — É um tiro no pé.

O presidente do Instituto Etco, Evandro Guimarães, disse que a MP poderá aumentar o contrabando, a pirataria, a falsificação e o descaminho.

O relator da MP, Humberto Costa (PT-PE), prometeu levar as reclamações à Receita Federal.

(Com Agência Câmara)

Quem cobra ajuste do governo deve reduzir despesas, diz Regina

Todos cobram o ajuste fiscal do governo, mas não se prontificam a reduzir suas despesas também, criticou Regina Sousa (PT-PI). Ela perguntou onde o Senado, por exemplo, poderia cortar e se os parlamentares estariam dispostos a diminuir gastos.

A senadora disse que a proposta de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) de corte nos salários dos senadores ainda é pouco e apontou áreas em que o Senado poderia economizar, ressaltando que a Câmara também precisa se manifestar.

— Fica o desafio: vamos cortar gastos em todas as esferas, em todos os Poderes.



Ana Volpe/Agência Senado

Bezerra destaca parque tecnológico no agreste de PE

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) informou que será inaugurada hoje, em Caruaru (PE), uma unidade avançada do Porto Digital no agreste: o Armazém da Criatividade.

Será a primeira expansão do parque tecnológico no interior do estado, disse o senador. Financiado pelo governo de Pernambuco e pelo setor privado, que investiram R\$ 58 milhões, o complexo dará suporte à inovação e ao empreendedorismo.

— A capacidade que uma nação tem de antever o futuro e se preparar para ele faz toda a diferença num mundo globalizado e competitivo — disse.

Segundo Bezerra, o Porto Digital tem 15 anos e fatura R\$ 1,3 bilhão, reunindo 250 empresas e empregando 8 mil pessoas.

Donizeti defende maior utilização do biodiesel

Donizeti Nogueira (PT-TO) defendeu ontem a aprovação de projeto dele (PLS 613/2015) que aumenta a adição obrigatória de biodiesel no óleo diesel vendido ao consumidor.

Ele explicou que a legislação obriga a adição de 7% de biodiesel ao óleo diesel. O PLS 613/2015 prevê que a mistura chegue progressivamente a 10% do óleo de origem vegetal. O senador esclareceu que o Brasil pode produzir 7,5 bilhões de litros de biodiesel ao ano. O projeto está na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional. O relator é Blairo Maggi (PR-MT).



Petlin França/Agência Senado

Garimpo em MT precisa de atenção, alerta Medeiros

José Medeiros (PPS-MT) cobrou ontem a ação do governo federal para regulamentar o garimpo nas Serras da Borda e de Santa Bárbara, nas proximidades de Pontes e Lacerda (MT).

Ele afirmou que a economia está aquecida com o dinheiro vindo do garimpo. O senador disse temer, porém, que em breve a cidade não tenha como oferecer serviços públicos a todos os habitantes.

O senador homenageou professores pelo 15 de outubro:

— Nosso desafio é tornar a profissão diretamente proporcional ao que ela representa, valorizando esse profissional.



Ana Volpe/Agência Senado

Sandra cita 163 anos de emancipação da cidade de Parintins

Sandra Braga (PMDB-AM) saudou a emancipação de Parintins, que fica a 3.690 quilômetros de Manaus e tem a segunda maior população do Amazonas: 112 mil habitantes. O município completa 163 anos de emancipação.

Parintins se transformou na identidade cultural do Amazonas pelos festivais folclóricos. O mais famoso é o do boi-bumbá, em que competem o Garantido e o Caprichoso.

— Nossos mais sinceros votos de felicidades e de continuado progresso da cidade que se debruça sobre as margens do grande Rio Amazonas.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ministério e especialistas divergem sobre idade para iniciar mamografias

Governo defende rastreamento do câncer de mama em mulheres acima de 50 anos. Mastologistas recomendam exames a partir dos 40

POLÊMICA SOBRE A idade recomendada para o início de mamografias de rastreamento visando à detecção precoce de câncer de mama dominou ontem audiência pública no Senado.

Se por um lado o Ministério da Saúde foca o rastreamento em mulheres acima de 50 anos, por considerar mais efetivo na redução da mortalidade, a Sociedade Brasileira de Mastologia (SBM) defende que não se deixe desamparada a faixa entre 40 e 49 anos. O grupo representa 25% das mulheres com risco de desenvolver a doença.

Ao citar recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) que desaconselham o rastreamento nas mulheres mais jovens, o coordenador-geral de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde, José Eduardo Fogolin, apontou o elevado risco de falsos positivos ou de detecção de tumores que não se tornariam câncer nesse grupo.

Fogolin ressaltou que as mamografias não foram eliminadas para mulheres mais novas e que, havendo orientação



Senadora Lúcia Vânia (C) coordena o debate promovido pelas Procuradorias da Mulher do Senado e da Câmara

médica, não existe limitação para acesso ao exame pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O presidente da SBM, Ruffo de Freitas Júnior, por sua vez, lembrou que a incidência de câncer de mama tem se elevado em todas as faixas etárias no Brasil e no mundo, mas especialmente entre 40 e 59 anos, numa taxa de 5,5% ao ano. Ele citou estudos que detectaram redução da mortalidade de mulheres que fizeram com regularidade o rastreamento antes dos 50. No Canadá, a

redução chegou a 44% e, no Reino Unido, a 25%.

— Isso pode salvar a vida de mulheres — disse.

A senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), que presidiu a reunião, e a deputada Carmen Zanotto (PPS-SC) defenderam o rastreamento a partir dos 40 anos.

A vice-presidente da Sociedade Brasileira de Psico-Oncologia, Giselle de Fátima, lembrou que a assistência psicológica à doente e à família está prevista em lei, mas é

encarada como um luxo.

A professora Antonieta Luce-na falou da experiência como paciente em tratamento. Com histórico familiar de câncer de mama, ela faz mamografia de rastreamento desde os 30 anos. Diagnosticada com o câncer no final de 2014, passou por quimioterapia para reduzir o tumor e, em maio de 2015, fez a mastectomia radical.

O debate integrou o Projeto Pauta Feminina, parceria das Procuradorias da Mulher do Senado e da Câmara.

Cassol quer audiência sobre medicamento contra o câncer

Em discurso na quarta-feira, Ivo Cassol (PP-RO) voltou a tratar da substância fosfoetanolamina sintética, desenvolvida por pesquisadores brasileiros, que está em fase experimental e estaria apresentando bons resultados contra o câncer. Para o senador, todos os brasileiros devem poder ter acesso à substância, caso precisem.

Ele elogiou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal de Justiça de São Paulo que liberou o medicamento para mais pacientes. Para o senador, esse medicamento pode ser “um sopro de vida” para milhares de brasileiros.

Cassol informou que a fosfoetanolamina será tema de audiência pública conjunta das Comissões de Direitos Humanos (CDH), Assuntos Sociais (CAS) e Ciência e Tecnologia (CCT) no dia 29. Pesquisadores e representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Ministério da Ciência e Tecnologia participarão da audiência.



Waldemir Barrato/Agência Senado

Financiamento para ensino a distância tem apoio

O financiamento ao ensino superior deveria incluir os cursos de educação a distância. A ideia foi defendida ontem por estudantes e especialistas em audiência pública sobre as novas regras para essa modalidade de ensino realizada pela Comissão de Educação (CE).

O Conselho Nacional de Educação já trabalha em novo marco regulatório para o ensino a distância, que inclui a criação de nova avaliação para o credenciamento e o funcionamento dos cursos. Hoje, a avaliação considera aspectos quantitativos, como o número de professores e livros disponíveis.

A ideia, disse Paulo Paim (PT-RS), é aumentar a integração entre o ensino a distância e a proposta pedagógica da instituição:

— O Conselho Nacional de Educação está a um passo de aprovar novo marco para essa modalidade de educação. A educação brasileira vive momento histórico de transição, pois a ideia é aproximar cada vez mais a educação a distância da educação presencial.

Luciano Sathler, diretor da Associação Brasileira de Educação a Distância, lembrou que a meta do Plano Nacional de Educação (PNE) é aumen-



Paim (C) debate com Luciano Sathler, Luiz Curi, Alan Valente e Gislaïne Moreno

tar as matrículas no ensino superior, até 2024, para mais que o dobro das atuais. Ele disse que um dos mecanismos para atingir a meta é o ensino a distância, principalmente incluindo esse tipo de educação no financiamento estudantil.

— Hoje, alunos de cursos de EAD (ensino a distância) não podem se candidatar ao Fies e por quê? Não há explicação. Nós precisamos estender o Fies também para os alunos da educação a distância. Nós defendemos que a EAD não é modalidade, é um tipo de educação. Modalidade é bacharelado, licenciatura, tecnólogo, e por aí vai — disse.

O vice-presidente do Fórum Nacional de Entidades Estudantis, Alan Valente, concordou com a importância do financiamento na educação

a distância. Ele disse que é preciso avaliar regras específicas para lugares sem outras opções de ensino:

— Há rincões distantes onde o ensino na modalidade a distância poderá ser a única alternativa para a educação superior na região. Mas é fundamental que seja a exceção bem definida, para que não haja discriminação, para que não haja polos precários, para que o estudante não seja o prejudicado no final.

Luiz Roberto Curi, presidente do conselho que analisa as novas diretrizes, defendeu que é preciso garantir as matrículas e evitar a evasão, cuja média nacional beira os 60%. Ele acredita que o EAD pode ser um dos instrumentos para ajudar a manter os alunos nas universidades.

Comissão mista aprova MP sobre gestão de fundo do seguro rural

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 682/2015, que trata da gestão do fundo do seguro rural, aprovou na quarta-feira o parecer do relator, deputado Assis Carvalho (PT-PI). O texto seguirá para análise dos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

A MP estabelece que a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF) fica encarregada da gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural.

O relator incluiu uma emenda do senador Waldemir Moka (PMDB-MS), segundo a qual o banco que exigir a contratação de seguro rural como garantia para a concessão de crédito rural fica obrigado a oferecer ao financiado, no mínimo, duas apólices de diferentes seguradoras.

Para Assis Carvalho, a emenda dá mais transparência e democratiza o gerenciamento desses recursos. “Como sempre, os bancos têm uma seguradora vinculada a si, então, acabamos com a obrigatoriedade de contratar seguradora vinculada ao

próprio banco”, declara.

O deputado disse que teve o cuidado de rejeitar todas as emendas que não tivessem relação com o tema da proposta:

— Agora, indo para os Plenários das Casas, não haverá muito conflito, porque nós evitamos exatamente o que os deputados e senadores reclamam sempre: evitamos que qualquer emenda chamada de jabuti estivesse dentro da medida provisória.

Foram rejeitadas 23 emendas por não tratarem do assunto da MP e outras 4, por mérito. O relator também incluiu no texto autorização para que o Ministério da Fazenda estabeleça em regulamento a remuneração a ser paga pelo fundo à ABGF pela administração de seus recursos.

Outra mudança incluída por Assis Carvalho amplia até 2022 o prazo para início da obrigatoriedade de que metade das funções gerenciais da agência seja exercida por pessoal permanente.

A MP 682/2015 deve ser aprovada até 9 de novembro ou perderá a validade.

(Da Agência Câmara)